



***INCLUSÃO EM DISPUTA: CAMINHOS DA EDUCAÇÃO LGBTQIAPN+ NO
BRASIL E NA ESCÓCIA***

***INCLUSIÓN EN DISPUTA: LA EDUCACIÓN LGBTQIAPN+ EN BRASIL
Y ESCOCIA***

***INCLUSION IN DISPUTE: PATHS OF LGBTQIAPN+ EDUCATION IN
BRAZIL AND SCOTLAND***

*Amanda Mendonça*¹

*Denize Sepulveda*²

RESUMO

Este trabalho investiga o papel da educação inclusiva para a população LGBTQIAPN+, considerando a necessidade de contemplar grupos historicamente marginalizados nos ambientes escolares. A pesquisa trata de duas realidades educacionais, Brasil e Escócia, destacando contextos sociais distintos. Para tal, realiza-se uma abordagem de investigação de intervenção. Ou seja, aquela em que, envolvidas no objeto de estudo, nos tornamos observadoras participantes, produtoras ativas de conhecimentos. Além disso, a pesquisa contou com levantamento bibliográfico e estudo de dados oficiais. No Brasil, os altos índices de violência e a evasão escolar refletem a exclusão vivida por pessoas LGBTQIAPN+. Em contraste, a Escócia implementou, em 2021, o ensino dos direitos LGBTQIAPN+ no currículo, promovendo inclusão desde a educação básica. A análise dos dados evidencia que políticas educacionais inclusivas contribuem para ambientes escolares mais seguros. Conclui-se que a integração de temáticas LGBTQIAPN+ no currículo escolar é essencial para a construção de sociedades mais igualitárias e democráticas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação inclusiva. LGBTQIAPN+. Brasil. Escócia.

¹ Doutora em Política Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Brasil.

² Doutora em Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Brasil.

RESUMEN

Este trabajo investiga el papel de la educación inclusiva para la población LGBTQIAPN+, considerando la necesidad de incluir a los grupos históricamente marginados en los entornos escolares. La investigación se centra en dos realidades, Brasil y Escocia, destacando diferentes contextos educativos y sociales. Para ello, se utiliza un enfoque de investigación de intervención. Es decir, uno en el que, implicados en el objeto de estudio, nos convertimos en observadores participantes, productores activos de conocimiento. La investigación también incluyó una encuesta bibliográfica y un estudio de datos oficiales. En Brasil, los altos índices de violencia y abandono escolar reflejan la exclusión que sufren las personas LGBTQIAPN+. En contraste, Escocia implementó la enseñanza de los derechos LGBTQI+ en el currículo en 2021, promoviendo la inclusión desde la educación básica. El análisis de los datos muestra que las políticas educativas inclusivas contribuyen a crear entornos escolares más seguros. Se concluye que integrar las cuestiones LGBTQIAPN+ en el currículum escolar es esencial para construir sociedades más igualitarias y democráticas.

PALABRAS CLAVE: Educación inclusiva. LGBTQIAPN+. Brasil. Escocia.

ABSTRACT

This paper investigates the role of inclusive education for the LGBTQIAPN+ population, considering the need to include historically marginalized groups in school environments. The research looks at two realities, Brazil and Scotland, highlighting different educational and social contexts. To this end, an intervention research approach is used. In other words, one in which, involved in the object of study, we become participant observers, active producers of knowledge. The research also included a bibliographical survey and a study of official data. In Brazil, the high rates of violence and school dropouts reflect the exclusion experienced by LGBTQIAPN+ people. In contrast, Scotland implemented the teaching of LGBTQI+ rights in the curriculum in 2021, promoting inclusion from basic education. Data analysis shows that inclusive educational policies contribute to safer school environments. It concludes that integrating LGBTQIAPN+ issues into the school curriculum is essential for building more egalitarian and democratic societies.

KEYWORDS: Inclusive education. LGBTQIAPN+. Brazil. Scotland.

Introdução

Este artigo discute a educação inclusiva voltada à população LGBTQIAPN+, analisando as realidades educacionais do Brasil e da Escócia. Parte-se do pressuposto de que a inclusão educacional é um vetor fundamental para a consolidação da cidadania e o fortalecimento democrático. As escolas, na condição de espaços de socialização e construção de saberes, refletem e reproduzem, mas também podem tensionar, estruturas

de exclusão ou de reconhecimento. Para tal análise, foram consideradas duas realidades educacionais distintas: a do Brasil e a da Escócia.

No contexto brasileiro, os índices de violência e insegurança entre pessoas LGBTQIAPN+³ são alarmantes, colocando o país entre os que mais registram assassinatos motivados por LGBTQIAPNfobia⁴, além de uma alta taxa de estudantes que são expulsos do ambiente escolar por motivações associadas a discriminação e exclusão. Em contrapartida, a Escócia tornou-se o primeiro país no mundo a implementar oficialmente, em 2021, o ensino dos direitos LGBTQIAPN+ no currículo escolar, promovendo uma abordagem inclusiva desde cedo. Ao explorar essas duas realidades contrastantes, esperamos contribuir para a compreensão da educação inclusiva e do seu papel na construção e na garantia de uma sociedade mais democrática.

O Brasil é amplamente conhecido por figurar entre os países com maiores índices de violência contra a população LGBTQIAPN+. Diversos estudos e levantamentos, como os de Vianna (2018), Junqueira (2009), Louro (2009a), Benevides e Sayonara (2021), apontam que a comunidade LGBTQIAPN+ enfrenta um ambiente escolar hostil, onde a insegurança, a violência física e psicológica e a discriminação direta ou indireta acabam gerando uma elevada taxa de evasão escolar, entre estudantes LGBTQIAPN+. Essa realidade reflete, em grande parte, a falta de políticas educacionais inclusivas e protetivas que abordem diretamente o respeito à diversidade sexual e de gênero, bem como a criação de um ambiente escolar seguro e acolhedor para todos os estudantes (Sepulveda; Sepulveda, 2016a).

Já a Escócia representa um exemplo inovador no campo da educação inclusiva. Conforme mencionado, foi o primeiro país, no mundo, a incluir oficialmente o ensino sobre direitos LGBTQIAPN+ em seu currículo escolar, integrando o respeito e a compreensão das diversidades sexuais e de gêneros a partir da educação básica. Essa abordagem busca não só combater preconceitos de forma preventiva, mas também promover uma cultura de respeito e compreensão, nas escolas. Ao adotar esse modelo de educação inclusiva, o país visa fortalecer a estrutura social ao preparar os estudantes para

³ A sigla *LGBTQIAPN+* representa a diversidade de identidades de gênero, orientações afetivo-sexuais e expressões de gênero. Cada letra tem um significado específico nela, e o sinal de + indica a inclusão de outras identidades e variações que não estão explicitamente nomeadas na sigla.

⁴ O termo *LGBTQIAPNfobia* refere-se a um conjunto de preconceitos, discriminações, violências simbólicas, físicas, institucionais e estruturais dirigidas contra pessoas que integram as comunidades LGBTQIAPN+.

conviver e respeitar as diferenças, contribuindo para uma sociedade mais democrática e igualitária.

Explorar essas duas realidades educacionais distintas nos permite refletir sobre os diversos papéis que a educação inclusiva pode desempenhar na construção de um ambiente escolar mais acolhedor e seguro para todos, especialmente para aqueles que fazem parte de grupos mais vulneráveis. Ressaltamos, entretanto, que este não é um estudo comparativo, visto que essa forma de abordagem de pesquisa demanda a análise de uma série de elementos e o aprofundamento de informações complexas sobre as duas realidades. Soma-se a isso o fato de que considerarmos problemático compararmos duas formações históricas, políticas, econômicas e sociais tão díspares. Assim, nosso objetivo é apresentarmos essas duas realidades educacionais e buscarmos, com base nelas, contribuirmos para ampliar o entendimento sobre a educação inclusiva, considerando as especificidades de cada realidade, e sua importância não só para o desenvolvimento de cada indivíduo, mas para a construção de uma sociedade que reconheça, valorize e respeite a diversidade humana.

Para as análises propostas, iremos apresentar inicialmente o panorama acerca da presença – ou ausência – de estudantes LGBTQIAPN+ nas escolas brasileiras. A ideia é nos debruçarmos sobre dados e estudos que têm mapeado e identificado os desafios da vivência e da permanência escolar para esses estudantes no Brasil. Procuramos, assim, expor como as escolas brasileiras ainda são um dos ambientes sociais mais permeados pela intolerância e discriminação e o impacto disso para aqueles segmentos e para a saúde da democracia no país. Em seguida, trataremos do percurso, na Escócia, dos movimentos sociais e do próprio Estado para a inclusão, no currículo oficial, do ensino dos direitos LGBTQIAPN+, como ele vem sendo implementado desde 2021; das experiências em curso; e das primeiras impressões que essas experiências causaram, na sociedade escocesa. Por fim, analisaremos como essas duas realidades distintas refletem e/ou dialogam com a densidade democrática de um país, pensando com base na perspectiva da educação inclusiva como elemento estruturante de construção de caminhos mais democráticos.

É importante dizermos que fazemos esse percurso por meio de uma abordagem de investigação de intervenção. Ou seja, aquela em que, envolvidas que estamos no objeto de estudo, nos tornamos observadoras participantes, produtoras ativas de conhecimento.

Assim, as ações são geradas no próprio processo de investigação, para o que se tornam evidentes o nosso envolvimento e o nosso compromisso para com a transformação da realidade observada. Para tratarmos dessas realidades e produzirmos as análises sugeridas, empregamos diferentes procedimentos metodológicos, que incluem análise documental, entrevistas e revisão bibliográfica referente às temáticas abordadas ao longo da investigação.

Nosso caminho de construção deste texto contempla também o diálogo com teóricos(as) do campo da educação que investigam a educação inclusiva, na perspectiva já apontada neste texto, tais como: Maria Teresa Eglér Mantoan (2001), Miguel Gonzalez Arroyo (2010, 2012), Claudia Vianna (2018), dentre outros(as). Além disso, nos referenciamos em autores como Guacira Lopes Louro (1999, 2009a, 2009b) para falarmos de violência contra LGBTQIAPN+ e da luta por direitos, por parte desse segmento. Também incorporamos as reflexões de Biroli, Vaggione e Machado (2020) para pensarmos a densidade democrática e seus elementos estruturantes, tais como a educação inclusiva. Utilizamos como fonte todo o material do coletivo *Time for Inclusive Education* (TIE), da Escócia, documentos oficiais do país e do seu sistema de ensino, especialmente o chamado *currículo de excelência* (*curriculum for excellence*), que é o currículo nacional das escolas escocesas para alunos de 3 a 18 anos.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, na Escócia, com os dois diretores fundadores da TIE, organização que liderou o desenvolvimento e a implementação do currículo inclusivo escocês – o primeiro do mundo a tornar obrigatória a abordagem de temas relacionados à diversidade sexual e de gênero em todas as escolas públicas do país. A TIE surgiu em 2015 como um movimento de base, fundado por Jordan Daly e Liam Stevenson, em resposta aos altos índices de *bullying*, automutilação e suicídio entre jovens LGBTQIAPN+, nas escolas escocesas. Por meio de uma intensa mobilização social, *advocacy* política e produção de materiais pedagógicos, a organização conseguiu, em 2018, que o governo escocês aprovasse a incorporação da educação LGBTQIAPN+ como parte obrigatória do currículo nacional.

Além dos representantes da TIE, foram entrevistadas uma gestora da Diretoria de Aprendizagem da Escócia – *Scottish Government's Learning Directorate* (Learning, [20-]), órgão responsável pela formulação, implementação e monitoramento de políticas educacionais no país; e duas professoras da rede pública que participaram do curso de

formação continuada oferecida pela plataforma digital *TIE Online Learning Platform*. Essa plataforma, de acesso gratuito e disponibilizada oficialmente pelo governo escocês, em parceria com a TIE, foi desenvolvida para capacitar educadores na aplicação dos princípios e práticas da educação inclusiva LGBTQIAPN+ no contexto escolar.

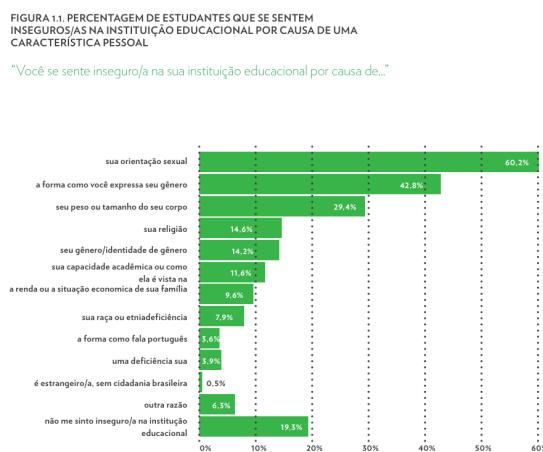
Todos os documentos que estruturam o currículo inclusivo, incluindo guias pedagógicos, orientações para escolas, materiais de formação e marcos legais, estão publicamente disponíveis no site oficial do governo escocês e na própria plataforma da TIE. Essa transparência e acessibilidade fazem parte da estratégia do governo para garantir que as diretrizes de inclusão e diversidade não apenas sejam conhecidas, mas efetivamente implementadas em todos os níveis da educação escocesa.

Educação inclusiva para LGBTQIAPN+ e o cenário brasileiro

No Brasil, dados recentes indicam que 60% dos estudantes já vivenciaram uma situação de agressão, na escola, por sua orientação sexual, e que ao menos 42% se sentem inseguros, em sua rede de ensino, pela forma como expressam seu gênero. Esses dados fazem parte de uma pesquisa realizada por inúmeras instituições e grupos LGBTQIAPN+ e divulgada em relatório da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos – ABGLT (2016). Trata-se da primeira pesquisa nacional virtual, no Brasil, com adolescentes e jovens LGBTQIAPN+, sobre suas experiências nas instituições educacionais. Foram coletadas respostas por meio de questionário disponibilizado *on-line*, e o resultado foram níveis elevados e alarmantes de agressões e violências verbais e físicas.

O documento ainda expõe o fato de que, de acordo com esses jovens, o acolhimento das famílias e nas instituições educacionais foi baixo, tornando o ambiente escolar inseguro para muitos estudantes LGBTQIAPN+ e resultando, em muitos casos, em baixo desempenho, faltas e desistências, além de depressão e sentimentos de não pertencimento a instituições consideradas, por vezes, tão hostis ao público consultado. Ainda de acordo com o relatório, é alarmante a quantidade de estudantes que já vivenciaram ao menos uma situação de agressão na escola. Essas informações corroboram com análises sobre o fato de o ambiente educacional brasileiro se configurar como um espaço de construção e reprodução de múltiplas desigualdades (Figura 1).

Figura 1 – Dossiê do Grupo Dignidade



Fonte: Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos, 2016.

Em outra pesquisa que apontou dados ainda mais alarmantes, 70% dos jovens entrevistados afirmaram ter escondido ou omitido alguma característica da sua diversidade na escola ou faculdade. Esse foi um dos achados da segunda edição da *Pesquisa Diversidade Jovem 2023* do Espro (2023), voltada a mapear as percepções de adolescentes e jovens sobre os desafios relacionados a temas como etnia, orientação sexual, identidade de gênero e vivência de suas diversidades no mercado de trabalho, nos ambientes de ensino e nos espaços públicos. Outras pesquisas também apontam para essa questão, vejamos:

Após a fala da jovem, levantei indícios de que ela construiu, a partir dos discursos proferidos contra Bernardo, aprendizagens negativas sobre a homossexualidade, e para fugir das humilhações, que seu colega sofria preferia esconder sua orientação homossexual (Sepulveda, 2025, p. 178).

A pesquisa Diversidade Jovem 2023 informou que 92% desses jovens afirmam que já presenciaram ou sofreram preconceito por conta da sua identidade de gênero ou sexualidade na escola ou faculdade, sendo que 56% afirmam presenciar ou sofrer preconceito relacionado a essa identidade ou sexualidade várias vezes, ou sempre. Contudo, é interessante e extremamente relevante o dado de que, mesmo com altos índices de situações preconceituosas, os locais de ensino ainda são ambientes onde 86% dos jovens entrevistados conversam sobre diversidade (Espro, 2023). Para nós, isso representa um indício forte de potencialidade dos espaços escolares, com todas as disputas que ocorrem cotidianamente neles, para se afirmarem como locais de acolhimento, de

respeito a multiplicidades de corpos e identidades e de convívio democrático. Em outras palavras, para a prática de uma educação inclusiva.

Referimo-nos a esse quadro como potencial visto que a realidade atual ainda é a de uma escola que não sabe lidar ou que atua para tentar normatizar os considerados desviantes; e isso está relacionado às disputas com e em outros campos, como o político, o religioso, o econômico, refletindo também a densidade democrática de nossa sociedade. Diante desse cenário, interessa-nos, particularmente, aprofundar e levantar novas reflexões acerca do fato de as escolas brasileiras ainda serem perpetradoras de inúmeras discriminações e desigualdades, articulando esse pensamento com a relevância de políticas educacionais inclusivas que possam fazer frente a essa realidade.

Nesse sentido, os trabalhos de Miguel Arroyo (2010, 2012), e sua reflexão sobre as desigualdades no sistema educacional e o papel das políticas públicas para atender às diferenças dos sujeitos presentes nas escolas, muito contribuem para as reflexões propostas. Ao defender uma educação que respeite a pluralidade e a história de cada grupo, desafiando o currículo tradicional, o autor aponta para a promoção de uma pedagogia inclusiva. Ele argumenta que é necessário um olhar mais profundo para entender as desigualdades, considerando as histórias, as culturas e as trajetórias desses diferentes sujeitos.

Arroyo (2012) chama a atenção ainda para as raízes estruturais da desigualdade no Brasil, que permeiam não apenas a educação, mas também a economia e a sociedade em geral. Ele sugere que as políticas educacionais devem se alinhar com políticas sociais mais amplas para reduzir a marginalização e proporcionar oportunidades reais de transformação social. Dessa forma, o autor defende que a escola precisa incluir e valorizar *outros sujeitos* e outros grupos historicamente marginalizados. Ele ainda critica a ideia de um *sujeito universal* na educação e aponta para a exigência de uma pedagogia que atenda às especificidades desses grupos, promovendo a inclusão.

Já Mantoan (2001), em seu *Caminhos pedagógicos da inclusão*, explora esse tema da inclusão escolar como um direito e uma necessidade para a construção de uma sociedade mais justa. A autora defende que a inclusão não deve ser apenas um ajuste no sistema educacional, mas um princípio que norteie toda a prática pedagógica. Para ela, incluir é reconhecer que a escola deve atender a todos os alunos, independentemente de suas habilidades, diferenças ou deficiências. A autora identifica a existência de barreiras,

no sistema educacional, como os preconceitos e a falta de preparo para lidar com a diversidade presente nos cotidianos das escolas, e afirma que os educadores precisam estar dispostos a superar esses desafios e a aprender continuamente, para implementar uma verdadeira prática inclusiva.

Destacamos que utilizamos como referência autores do campo da educação inclusiva, em uma perspectiva de compreensão da inclusão de todos aqueles considerados diferentes ou desviantes. Essa concepção não restringe a defesa da educação inclusiva a pessoas com deficiência: ela abarca e assegura a presença de todos, no ambiente escolar. As obras de Mantoan (2001) e Arroyo (2010, 2012) reafirmam nossa perspectiva de que é essencial que existam políticas públicas que possam enfrentar essas desigualdades nos ambientes educacionais e que visem promover a inclusão, de forma que as escolas deixem de ser um ambiente hostil para tantos estudantes.

Para isso, entendemos que o processo de inclusão deve contar com legislações, normativas, novas práticas pedagógicas e avaliativas acessíveis, além de currículos e ações que tratem das questões de gênero e sexualidade. Nesse sentido, Cláudia Vianna (2018), ao ponderar sobre o desenvolvimento das políticas educacionais, no Brasil, voltadas para gênero e sexualidade, resistências e tensões presentes nesse campo, contribui para pensarmos o papel dessas políticas no cenário recente do país. Segundo a autora: “As políticas de gênero e diversidade sexual na educação são, portanto, uma luta por um direito humano essencial: o direito de ser quem se é sem medo, sem violência, sem exclusão.” (Vianna, 2018). Ela analisa como, apesar de alguns avanços e conquistas, a educação sobre gênero e sexualidade permanece sujeita a pressões políticas – conservadoras e, especialmente, religiosas –, que frequentemente resultam em censura e repressão nas escolas. A autora também observa que esses temas foram ganhando espaço nas políticas públicas de educação impulsionados por movimentos sociais e organizações feministas e LGBTQIAPN+, com mais força, a partir da década de 1990. Ela destaca ainda como esses movimentos foram fundamentais para alavancar a implementação de diretrizes curriculares e campanhas contra o preconceito e a discriminação no ambiente escolar. Vianna (2018) também ressalta os retrocessos vivenciados no Brasil, nos últimos anos, sobre a abordagem dessas temáticas nas escolas e discute os danos que políticas excludentes podem gerar, especialmente no que diz respeito aos direitos de grupos historicamente marginalizados.

Vale dizer que os casos de violência, de hostilidade e de exclusão são ainda mais cruéis quando falamos das pessoas trans. Benevides e Nogueira (2021) apontam, em dossiê sobre assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras, que persiste, nas escolas, a negativa ou a problematização do uso do nome social e dos banheiros, o que corrobora para seguirmos “[...] interrompendo o direito à educação de uma parcela considerável da população”.

Figura 2 – Vivências reais de crianças e adolescentes transgêneros no sistema
educacional brasileiro



Fonte: Grupo Dignidade, 2021.

É importante destacarmos que esse cenário adquiriu novos contornos, nos últimos anos. Se, por um lado, acompanhamos a persistência de inúmeras formas de violência contra estudantes LGBTQIAPN+, promovendo muitas vezes a exclusão desses jovens do sistema educacional, conforme destacamos ao longo do texto, também temos vivenciado o crescimento do ativismo LGBTQIAPN+ em todo o país. Esse crescimento tem se expressado através de mobilizações de rua e pela internet, elaboração de materiais, campanhas, produções acadêmicas, pesquisas e também na eleição de parlamentares LGBTQIAPN+ e/ou defensores da pauta. Temos assistido, assim, a passos lentos, mas que vêm ocorrendo, as primeiras pessoas trans a receberem titulação de mestres e doutores e a atuarem como docentes em universidades públicas. Toda essa movimentação tem sido fundamental para fazer frente às pautas conservadoras, LGBTQIAPNfóbicas e misóginas, que também emergem, vide ações da extrema direita, no Brasil. Tudo isso reafirma a ideia desenvolvida neste trabalho, de que há diversas disputas em curso, nesse

campo, em que as escolas ainda representam espaços de reprodução de estereótipos e de discriminações, mas também de tensão e resistência contínua.

Termos como *ideologia do gênero, professor doutrinador, banheiro unissex, kit gay*, entre outros, ganharam enorme visibilidade na última década e, muitas vezes, pautaram o debate das últimas eleições locais e nacionais. Nesse sentido, o ativismo feminista e LGBTQIAPN+ tem papel central na resistência à tentativa de implementação de políticas que retrocedem no direito à educação e à permanência de estudantes LGBTQIAPN+ nas escolas. Entretanto, sublinhamos que as ações desses grupos conservadores, ligados à extrema direita, têm promovido um clima persecutório e de denuncismo sobre os docentes, associado à abordagem, por estes, de temáticas presentes na educação em direitos humanos, como gênero, orientação sexual, raça, intolerância religiosa e enfrentamento de toda e qualquer forma de desigualdade e violência.

Fundamental é dizer que as disputas em torno da abordagem ou não dessas temáticas no ambiente educacional não têm sido fenômeno isolado do Brasil: elas fazem parte de uma nova ordem transnacional, em que o que ocorre no país também se desenvolve de forma muito similar em diversos outros, em especial na América Latina. Esse é um aspecto extremamente importante de ser considerado ao analisarmos o contexto atual, em relação às políticas de gênero e sexualidade na educação. Ainda que tais políticas não sejam o elemento prioritário de debate deste texto, considerar sua relevância nos ajuda a compreender de maneira mais estrutural a discussão e a identificar de maneira mais objetiva a relação entre educação inclusiva e densidade democrática de uma sociedade.

É hora da educação inclusiva!

Em um polo oposto à realidade recente experimentada pelo Brasil, apresentamos a experiência educacional escocesa em torno de uma educação inclusiva. A Escócia é um dos principais países líderes em educação sobre direitos humanos na Europa e tornou-se o primeiro país do mundo a incluir o ensino sobre os direitos dos indivíduos LGBTQIAPN+ no currículo escolar (Figura 3).

Figura 3 – Manifestantes em ato na Escócia



Fonte: Brasil de Fato, 2018.

Em 2017, o governo escocês, em conjunto com a TIE, anunciou a criação do Grupo de Trabalho de Educação Inclusiva LGBTQIAPN+. Incumbiu-se esse grupo, composto por movimentos sociais LGBTQIAPN+ e outras organizações representativas, de expressar o compromisso do governo escocês de trabalhar em prol da educação inclusiva e pautada pelos direitos humanos. No ano seguinte à sua formação, o Grupo de Trabalho concluiu suas atividades e apresentou 33 recomendações, integralmente aceitas pelos ministros escoceses. Assim, desde 2018 o país segue modificando seu sistema educacional a fim de assegurar que a inclusão LGBTQIAPN+ e dos direitos humanos sejam parte estruturante do novo currículo, que tem como norte a formação de crianças e jovens para uma sociedade diversificada e inclusiva. De acordo com o relatório final e as recomendações do Grupo do Trabalho, o *ethos* central da educação escocesa deve ser o da inclusão. A inclusão, segundo esses documentos, representa a pedra angular para alcançar a excelência e a equidade na educação para todas as crianças e jovens. Nesse sentido, oferecer educação inclusiva LGBTQIAPN+ significa reafirmar o compromisso de colocar as necessidades de cada criança e jovem no centro da abordagem educacional.

A proposta de inclusão curricular escocesa dialoga com o que Louro (2009b) argumenta sobre a heteronormatividade estruturar o ambiente escolar e contribuir para a perpetuação da homofobia. A autora critica essa naturalização da heterossexualidade como norma e problematiza os impactos disso na exclusão e no preconceito que alunos LGBTQIAPN+ enfrentam. Ela ainda afirma que a heteronormatividade é a suposição de que a heterossexualidade é a orientação sexual *normal* e *natural*, e que esse conceito é reforçado socialmente e influenciado por instituições como a escola, que, segundo a autora, é o espaço onde normas de gênero e de sexualidade são ensinadas e reproduzidas.

Louro (1999, 2009a) destaca ainda que, ao naturalizar a heterossexualidade, a escola contribui para a exclusão de alunos que não se encaixam nesse modelo e, assim, esse ambiente heteronormativo vai propiciando a discriminação e a violência contra estudantes LGBTQIAPN+, que sofrem não apenas agressões físicas, mas também simbólicas e psicológicas. A autora observa que a homofobia afeta negativamente o desenvolvimento desses estudantes, podendo causar evasão escolar e danos emocionais profundos. Segundo Louro (2009b), a homofobia na escola não ocorre apenas de maneira explícita; existe também uma omissão institucional, que ignora ou silencia questões de diversidade sexual e de gênero ao não abordar essas questões de forma aberta. Assim, muitas escolas deixam de promover um ambiente seguro, inclusivo e acolhedor para seus estudantes.

Nas palavras da autora: “A homofobia é muitas vezes velada e silenciosa, mas não menos impactante; são esses silêncios que constroem um ambiente de exclusão e fazem da escola um lugar hostil para os que não se encaixam nos padrões hegemônicos.” (Louro, 2009b, p. 80). Por isso, ela defende que a educação atue para desconstruir a heteronormatividade e combater a homofobia, com as instituições escolares incluindo discussões sobre diversidade sexual, orientação sexual e igualdade de gênero no currículo.

Nessa perspectiva, a formação dos educadores, a necessidade de repensarmos as práticas e valores vigentes nas escolas e a implementação de políticas contra a discriminação são fundamentais para criar um ambiente inclusivo e democrático. E podemos compreender que a política de mudança curricular proposta na Escócia caminha nessa direção, qual seja: a de buscar promover novos valores e práticas, no ambiente educacional.

Em entrevista concedida em 2021 a uma das autoras deste texto, Jordan Daly, um dos fundadores da TIE, disse que a decisão de mudar o currículo escocês foi histórica, pois colocou fim no que ele chamou de *legado destrutivo* de legislação anterior, de 1988, que proibia o que a lei chamava de *promoção* da homossexualidade. Vale lembrar que se, atualmente, a Escócia é conhecida mundialmente por fornecer proteção legal para pessoas LGBTQIAPN+ e por dispor de uma série de políticas consideradas progressistas, o país só descriminalizou a homossexualidade em 1980. Também é importante registrar que, de acordo com dados fornecidos na mesma entrevista, nove em cada dez LGBTQIAPN+

escoceses dizem ter sofrido algum tipo de discriminação na escola. Além disso, 27% da população LGBTQIAPN+ no país disse já ter tentado suicídio após ser vítima de preconceito. Esses dados são reflexo da história recente do país, que era de criminalização dos LGBTQIAPN+, e foram determinantes para a decisão governamental de incorporar a temática ao currículo oficial das escolas.

Esse breve relato sobre a história escocesa de inclusão aponta para a ideia que sustentamos ao longo do texto, de uma disputa que envolve diferentes campos, mas que paira fundamentalmente na relação entre a densidade democrática de uma sociedade, de um país; e o trabalho necessário para se implementar uma educação inclusiva. Para se efetivar a mudança aprovada pelo parlamento escocês, foram desenvolvidos novos recursos, materiais didáticos e pedagógicos, houve oportunidades de treinamento, e as temáticas foram abordadas em todas as escolas. Para tal, foi criado o Grupo de Implementação de Educação Inclusiva LGBTQIAPN+. Esse grupo se baseou no trabalho já realizado por muitas escolas, em todo o país, para aumentar a inclusão e o conhecimento de pessoas e temas LGBTQIAPN+, mas ao mesmo tempo abordando questões de direitos humanos, sobre a falta de representação dessas pessoas no currículo escocês, e a necessidade de mais apoio para esses alunos.

A partir de 2021, o ensino inclusivo LGBTQIAPN+ se tornou, assim, um requisito nacional para todas as escolas na Escócia. A implementação desse ensino vem sendo organizada em fases, e, por meio de uma plataforma digital, os professores têm oportunidade de aprendizagem profissional e acesso a recursos transversais de ensino. A proposta consiste em, por meio de um *kit* de ferramentas pedagógicas, apoiar as escolas para elas incorporarem, efetivamente, temas LGBTQIAPN+, direitos humanos e igualdade em todo o currículo. O *kit* é gratuito e foi desenvolvido em parceria com professores da rede escocesa, com a intenção de apresentar às escolas um caminho estruturado para levar adiante o trabalho proposto e apoiar os professores na tarefa de ministrar eficazmente a educação inclusiva nos seus próprios ambientes escolares e envolver a toda a comunidade escolar nesse processo. O *kit* também visa dar suporte para que as escolas adotem uma abordagem proativa e educativa para lidar com preconceitos e intimidações. Segundo consta na página do governo escocês (Education, [20--]), a proposta desses materiais é ajudar escolas e professores a desconstruir estereótipos e estigmas que, muitas vezes, podem levar ao preconceito ou ao *bullying* sofrido por alunos

que são LGBTQIAPN+, ou percebidos e considerados como tais por outras pessoas, ou que têm familiares LGBTQIAPN+ (como pais do mesmo sexo).

Trata-se a iniciativa de contemplar, no currículo educacional do ensino básico, a abordagem de temas de aprendizagem relacionados a essas pessoas, de forma natural e significativa, para evitar que os estereótipos e estigmas tenham campo para surgir. Dessa forma, o governo escocês, em parceria com a TIE, desenvolveu uma plataforma – a LGBT Education – onde todo esse material e recursos ficam hospedados para serem usados pelas escolas e professores. Essa plataforma hospeda, por exemplo, um módulo de aprendizado eletrônico do programa de aprendizado profissional do governo escocês chamado de *Delivering LGBT Inclusive Education*, voltado para professores, além de outros recursos de qualidade, aprovados como parte de um *curriculum for excellence*, desenvolvido para apoiar o trabalho das equipes de implementação da educação inclusiva LGBTQIAPN+, nas escolas escocesas (Figura 4).

Figura 4 – Materiais da plataforma LGBT Education: plataforma escocesa hospeda recursos de educação inclusiva para uso das escolas e dos professores

New curriculum resources supporting LGBT Inclusive Education are now available.

Success Criteria

- I can give two examples of gender stereotypes and can consider how they might be challenged
- I can share an informed opinion about the impact of gender stereotypes and expectations, and can provide one suggestion on how they can be addressed
- I can give an example of a role model who defied expectations and overcame inequality, and give two examples of how they did this

Resources accompanying this lesson

- The Story of Sally Ride (Stereotypes and Inequality) Third/Fourth Level (Powerpoint Slides)
- UCTV - Honoring Sally Tam O'Shaughnessy Aboard the RV Sally Ride (YouTube Video)
- The Story of Sally Ride Pupil Worksheet - Handout (PDF)

Lesson Plan

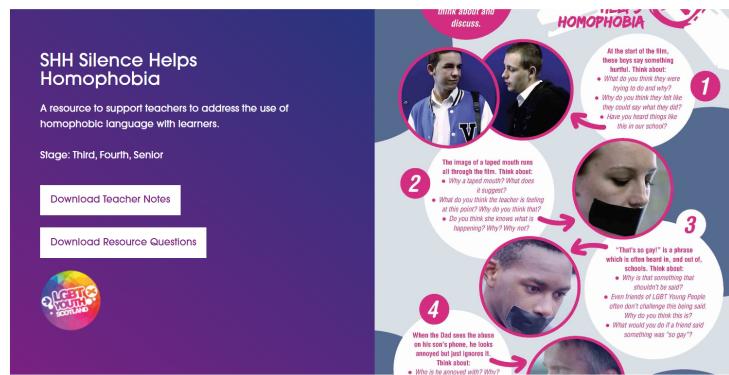


Teaching Notes

Introduce the lesson, explaining to pupils that they will be learning about the life of Dr. Sally Ride, and considering the impact of gender stereotypes and some examples of inequality experienced by different groups of people.
Begin the lesson by asking pupils whether they have heard of Sally Ride before.



lgbteducation.scot is a resource for teachers, managed by
Time For Inclusive Education on behalf of
The Scottish Government



Fonte: LGBT Education, [20--].

A experiência escocesa, recente e ainda em curso, deve ser mais bem acompanhada, acreditamos que representa um marco no debate sobre políticas públicas educacionais de inclusão. É importante registrarmos que as mudanças de abordagem e a própria implementação da nova proposta curricular não vêm ocorrendo sem tensionamentos ou tentativas recorrentes de impedi-las. Os relatos dos entrevistados para a pesquisa que originou este artigo é de que, especialmente, o debate em torno da transexualidade tem sido o principal ponto de embate na Escócia até o momento. Entretanto, acreditamos que essa experiência precursora possa contribuir com as discussões sobre educação inclusiva em realidades muito distintas da escocesa.

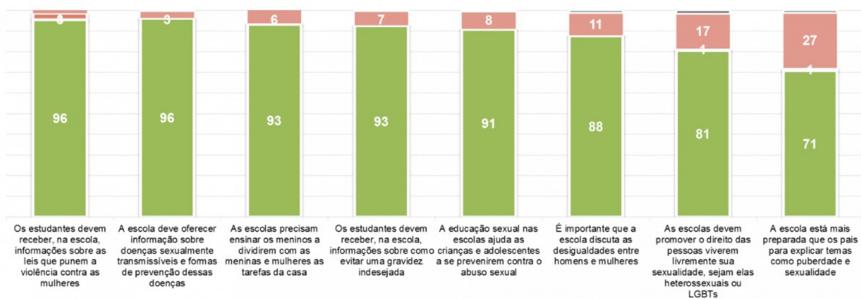
Nesse sentido, esperamos que aprender mais sobre a política educacional escocesa, em um contexto tão diferente e com a experiência de um currículo norteado pelos direitos humanos e pela inclusão LGBTQIAPN+, nos ajude a refletir acerca do papel da escola nos debates sobre uma sociedade mais democrática, além de proporcionar análises sobre o desenvolvimento de políticas educacionais baseadas nos direitos humanos e a relação direta entre educação inclusiva e densidade democrática de uma sociedade e de um país.

Educação inclusiva: direito e expressão de democracia

Pesquisa nacional realizada pelo DataFolha em 2018 (Saldaña, 2019) revela que 96% da população brasileira acredita que estudantes devem receber, na escola, informações sobre enfrentamento da violência contra as mulheres; 91% diz que a

educação sexual ajuda crianças e adolescentes a se prevenirem contra o abuso sexual (Figura 5).

Figura 5 – Pesquisa encomendada pela ONG Promundo e outras organizações, ao longo da campanha Escola sem Mordaça



Fonte: Saldaña, 2019.

Esses dados apontam para a complexa realidade do Brasil quanto ao trato das questões de gênero e sexualidade. Se, por um lado, temos uma narrativa de extrema direita, e de suas franjas, que nos remete ao fato de que a sociedade brasileira é conservadora, rejeita transformações e novas leis que incorporem direitos a setores historicamente minorizados, há também a resistência, e uma vertente expressiva da sociedade, que segue afirmando a luta por políticas educacionais inclusivas. Os números da Figura 5 sugerem uma forte desordem e uma miscelânea de posicionamentos da população, sobre esses temas. Há que relevarmos, ainda, o peso que ocupam, nessa conformação de opiniões conservadoras, a propagação de *fakenews*⁵ e campanhas tendenciosas.

Nesta análise que propomos, o conservadorismo é uma categoria histórica, ou seja, deriva de processos sociais através do tempo. Conhecemos o conservadorismo porque frequentemente as pessoas se comportam de forma conservadora. Este processo histórico gera certa regularidade de argumentos para situações análogas, o que nos permite observar o desenvolvimento de uma cultura conservadora. Dessa forma, não é possível se pensar em conservadorismo como uma categoria estática, tanto sociológica quanto antropológicamente (Sepulveda; Sepulveda, 2016b, p. 145).

⁵ *Fake news* são notícias falsas divulgadas, principalmente, nas redes sociais. Os boatos têm informações irreais que apelam para o emocional do leitor ou espectador da mensagem (Campos, [20--]).

É nessa conjuntura que abordagens sobre gêneros e LGBTQIAPN+ no ambiente escolar brasileiro vêm sendo atacadas, que educadores que buscam adotar essa perspectiva pedagógica são perseguidos e que articulações de políticas públicas voltadas para a inclusão desses temas no debate educacional estão sendo desmontadas. Essa combinação política tem direcionado o país para retirada de direitos e para diminuição de sua densidade democrática.

Assim, a fim de pensarmos essa conjuntura educacional e sua relação com o estágio democrático dos países, referenciamo-nos em autores como Flavia Biroli, Vaggione e Machado (2020) e sua discussão sobre *desdemocracia*. Nessa perspectiva, este texto apresenta-se como uma oportunidade de avançar para produzir novos dados e elementos sobre o processo de *desdemocratização* do Brasil, relacionando-o com as políticas públicas pró-educação inclusiva.

Com base nas contribuições de Biroli, Vaggione e Machado (2020), compreendemos a *desdemocratização* não apenas como o enfraquecimento das instituições formais da democracia, mas como um processo mais amplo, que envolve o esvaziamento dos direitos, a erosão da participação social e a intensificação das desigualdades estruturais. Nesse sentido, os autores propõem que a *desdemocracia* se expressa por meio da fragilização dos mecanismos de inclusão e reconhecimento, afetando de forma particular os grupos historicamente marginalizados.

Nessa perspectiva, nosso trabalho busca desenvolver elementos analíticos que possam contribuir para a compreensão do processo de *desdemocratização* no Brasil, especialmente no que se refere à sua vinculação com as políticas públicas voltadas à promoção de uma educação inclusiva. O desmonte ou as tentativas de impedir o progresso ou levar à estagnação dessas políticas revelam não apenas uma negligência institucional, mas uma dimensão concreta da *desdemocracia*: a negação do direito à educação para todos. Ao focalizar as experiências de adolescentes e jovens LGBTQIAPN+ nas instituições educacionais, evidenciamos como as lógicas de exclusão e silenciamento operam, no cotidiano escolar, a fim tensionar as escolas como espaços potenciais de formação democrática de toda uma sociedade. Assim, nossa ideia é pensar sobre os limites e desafios da democracia no Brasil contemporâneo, tomando a educação como campo estratégico para a disputa de sentidos sobre cidadania, igualdade e reconhecimento.

Nesse contexto, é possível afirmar que o nível de densidade democrática de um país – ou seja, a profundidade e a efetividade com que os princípios democráticos orientam a sua vida social e institucional – está intrinsecamente relacionado à capacidade do Estado de prover a educação inclusiva como uma política de justiça e reparação. A escola não apenas reflete os valores democráticos de uma sociedade, mas também pode reproduzir ou resistir às estruturas de exclusão que caracterizam momentos de retração democrática.

Assim, entendemos que a experiência da Escócia oferece um exemplo emblemático de como a educação pode ser mobilizada como pilar de uma democracia robusta e plural. Ao tornar-se o primeiro país no mundo a incluir, de forma obrigatória, o ensino de temáticas LGBTQIAPN+ em todo o seu currículo escolar, desde a educação infantil até o ensino médio, o país se consolidou, no cenário global, como um modelo de democracia considerada forte. Essa política, construída por meio do diálogo com movimentos sociais e organizações da sociedade civil, buscou não apenas combater o preconceito e a violência, mas promover uma cultura de respeito, reconhecimento e pertencimento, nas escolas. Tal medida é sintomática de um projeto democrático que reconhece a educação como espaço central para a promoção dos direitos humanos e da diversidade.

A contraposição entre o avanço escocês e o cenário brasileiro, marcado por ataques à chamada *ideologia de gênero* e pelo desmonte de políticas inclusivas, evidencia como um processo de desdemocratização se materializa nas políticas educacionais. No Brasil, a retirada de conteúdos relacionados a gênero, sexualidade e diversidade do currículo escolar, bem como a descontinuidade de programas federais voltados à formação docente para a equidade, revelam a vulnerabilidade das agendas inclusivas, em contextos de retração democrática. Dessa forma, analisar as políticas educacionais pela lente da *desdemocratização* nos permite compreender que a exclusão de determinados grupos do direito à educação plena e segura não é uma falha isolada ou acidental, mas parte de um projeto mais amplo de restrição da cidadania e de contenção da diversidade como valor democrático.

Considerações finais

A educação pressupõe práticas educacionais participativas e emancipatórias, entendidas como aquelas que favoreçam a cultura dos direitos humanos e da cidadania, que contribuam para o processo de emancipação individual e coletiva dos sujeitos envolvidos, que colaborem na superação da cultura da exclusão, na luta contra todas as formas de opressão, na libertação dos seres humanos e na formação de um Estado promotor da cidadania.

Trabalhamos com a perspectiva de que as escolas são espaços estratégicos para o diálogo e para o combate a qualquer tipo de preconceito. Com a investigação proposta, cotejamos duas realidades diferentes: uma em que os ataques aos educadores e um cenário conservador avançam significativamente; e outra com exemplos bem-sucedidos de educação inclusiva e direcionada para os direitos humanos. Assim, a ideia principal é pensarmos de que forma as escolas, por meio da educação inclusiva como força normativa, podem emergir como um espaço emancipatório e ser assim determinantes na constituição de uma sociedade mais democrática.

Nesse sentido, compreender a educação inclusiva como força normativa implica reconhecê-la como um vetor capaz de moldar valores, atitudes e estruturas sociais mais equitativas. Trata-se de pensar as instituições educacionais não apenas como locais de transmissão de conteúdos, mas como espaços de convivência, reconhecimento e disputa simbólica. A presença (ou ausência) de políticas educacionais que assegurem o respeito às diferenças, a valorização da diversidade, a proteção contra a violência e o preconceito revela o compromisso (ou o descompromisso) do Estado para com a efetivação da cidadania plena. A inclusão, portanto, ultrapassa a dimensão técnica e torna-se uma questão ética e política central para a consolidação de uma democracia substantiva.

Ao contrastar realidades tão distintas como a brasileira e a escocesa, é possível percebermos como o investimento em práticas pedagógicas inclusivas e a valorização da diversidade dentro das escolas não apenas fortalecem o tecido democrático, mas também atuam preventivamente na redução da violência, na promoção do bem-estar social e na formação de sujeitos críticos. O que está em jogo é a disputa pelo próprio sentido da escola: se ela será um instrumento de reprodução das desigualdades e da exclusão; ou se poderá se afirmar como um espaço de resistência, acolhimento e transformação social. Dessa forma, a educação inclusiva se coloca como horizonte ético e político fundamental para quem defende uma sociedade mais justa, plural e democrática.

Referências

- ACONTECE LGBTI+; GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil - 2020: Relatório da Acontece Arte e Política LGBTI+ e Grupo Gay da Bahia. Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 1 ed., 2021. 79p.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1.381-1.416, out./dez. 2010.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXOS (ABGLT). *Pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no Brasil 2016: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais*. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2016/03/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2025.
- BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara. *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. São Paulo: Expressão Popular; Antra; IBTE, 2021.
- BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- CAMPOS, Lorraine Vilela. O que são fake news? *Brasil Escola*, [20--]. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/curiosidades/o-que-sao-fake-news.htm>. Acesso em: 19 jun. 2025.
- EDUCATION Reform Directorate. *Scottish Government*, [20--]. Disponível em: <https://www.gov.scot/about/how-government-is-run/directorates/education-reform-directorate/>. Acesso em: 19 jun. 2025.
- ESPRO. *Pesquisa Diversidade Jovem 2023*. São Paulo: Espro, 2023. Disponível em: <https://www.espro.org.br/pesquisas/pesquisa-diversidade-jovem/>. Acesso em: 13 abr. 2025.

Junqueira, R. D. (2009). Introdução - Homofobia nas escolas: um problema de todos. Em R. D. Junqueira (Org.), *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* (pp. 13-51). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO.

LEARNING Directorate. *Scottish Government*, [20--]. Disponível em: <https://www.gov.scot/about/how-government-is-run/directorates/learning/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

LGBT Inclusive Education | National Platform. Escócia: Scottish Government (gerenciado por Time For Inclusive Education), [s.d.]. Disponível em: <https://lgbteducation.scot/>. Acesso em: 15 jun. 2025

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Unesco; MEC, 2009a. p. 85-93.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009b.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 151-172.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Caminhos pedagógicos da inclusão*. São Paulo: Memnon Edições Científicas, 2001.

REDAÇÃO. Escócia vai incluir aulas sobre direitos LGBT no currículo escolar. Brasil de Fato, São Paulo, 12 nov. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/11/12/escocia-vai-incluir-aulas-sobre-direitos-lgbt-no-curriculo-escolar/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

SALDAÑA, Paula. Maioria no país defende educação sexual e discussão sobre política nas escolas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 7 jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/01/maioria-no-pais-defende-educacao-sexual-e-discussao-sobre-politica-nas-escolas.shtml>. Acesso em: 13 abr. 2025.

SEPULVEDA, Denize. *Emancipação social e exclusão no cotidiano escolar: a homofobia e sua influência nas tessituras identitárias*. Curitiba: CRV, 2025.

SEPULVEDA, José Antonio; SEPULVEDA, Denize. As práticas e as políticas curriculares de inclusão e o direito à diferença. *e-Curriculum*, v. 14, n. 4, 2016a.

SEPULVEDA, José Antonio; SEPULVEDA, Denize. O pensamento conservador e sua relação com práticas discriminatórias na educação: a importância da laicidade. *Teias*, v. 17, n. 47, 2016b.

VIANNA, Cláudia. *Políticas de educação, gênero e diversidade sexual: breve história de lutas, danos e resistências*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

Recebido em abril de 2025.

Aprovado em julho de 2025.